

**REGULAMENTO ACADÉMICO DO 1.º CICLO  
DE ESTUDOS  
DA  
ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E  
GESTÃO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL**

**CAPÍTULO I**  
**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 1.º**

**Âmbito de aplicação e princípios gerais**

1. O Regulamento Académico do 1.º Ciclo de Estudos da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital (ESTGOH) estabelece um conjunto de princípios, normas e procedimentos a adotar em todos os cursos de licenciatura ministrados ESTGOH.
2. As disposições definidas no presente regulamento relativas aos processos de avaliação de conhecimentos e competências das unidades curriculares (UC) integrantes dos planos de estudos dos cursos de licenciatura, bem como as respeitantes à transição de ano curricular, são orientadas por princípios de legalidade, igualdade e imparcialidade.

**Artigo 2.º**

**Período letivo e respetivo conteúdo geral**

1. O ano letivo tem início no dia 1 de setembro e termina no dia 31 do mês de agosto seguinte, sem prejuízo da realização de avaliação relativa a épocas especiais ou extraordinárias até ao final do subsequente mês de dezembro.
2. O regime normal dos cursos supõe a divisão do ano letivo em dois semestres.
3. Salvo razões de carácter extraordinário que motivem outra solução, a aprovar pelo Presidente da ESTGOH, mediante parecer do Conselho Técnico-Científico (CTC) e do Conselho Pedagógico (CP), cada semestre incluirá um período de 15 (quinze) semanas de lecionação e de 5 (cinco) semanas de período de avaliação referente a épocas de exames normal e de recurso.
4. Os planos curriculares em vigor, os tipos de aula e a carga horária total das unidades curriculares a distribuir por cada semestre letivo são os fixados, para cada curso, no respetivo diploma legal de criação ou de alteração.

### **Artigo 3.º**

#### **Calendário Escolar**

1. Até ao final do mês de maio do ano letivo anterior, o Presidente da ESTGOH, após emissão de parecer do CP e do CTC, publicará o calendário escolar, que deverá incluir:
  - a) As datas de início e fim de cada semestre e do período letivo, as férias letivas e outras interrupções previstas;
  - b) As datas de início e fim dos períodos de avaliação.
2. Todas as épocas de exame devem constar no calendário escolar mesmo que tenham lugar no decurso do ano letivo subsequente.
3. Sem prejuízo da realização de épocas extraordinárias, até ao final da quinta semana de cada semestre letivo será fixado, para cada curso, o calendário das provas de exame referente às épocas de exame normal, de recurso e especiais, devendo naquele documento ser considerado que:
  - a) a última prova da avaliação periódica coincidirá com a realização da prova referente à época de exame normal;
  - b) os exames de uma mesma UC deverão ser agendados com um intervalo mínimo de 7 dias seguidos entre a época normal e a de recurso.

### **Artigo 4.º**

#### **Matrículas e inscrições**

1. Só podem frequentar UC lecionadas nas licenciaturas da ESTGOH os estudantes que tenham efetuado a matrícula e a inscrição nos prazos e condições legalmente fixados.
2. Entende-se por matrícula o ato pelo qual o estudante dá entrada no estabelecimento de ensino e por inscrição o ato que faculta ao estudante, depois de matriculado, a frequência nas diversas UC do curso a que tenha direito, e sem o qual não poderá sujeitar-se a avaliação.
3. Os prazos de inscrição, em cada ano letivo, são fixados pelo Presidente da ESTGOH por aviso a publicitar:
  - a) Nos períodos normais, até 10 dias úteis antes do início do período letivo;
  - b) Nos cinco dias úteis imediatamente seguintes à publicação da classificação final obtida na época especial de avaliação para estudantes finalistas (em condições de conclusão do curso), em caso de não aprovação;
  - c) Nos dez dias úteis imediatamente seguintes à publicação da última classificação final obtida em avaliação de época especial.

d) Nos prazos previstos nos respetivos diplomas legais para os estudantes que ingressam na ESTGOH ao abrigo de regimes específicos previstos na legislação.

4. O estudante, após a realização da matrícula e/ou inscrição, e sem prejuízo da aplicação do regime legalmente previsto quanto ao pagamento de propinas, poderá requerer:

a) A desistência da inscrição, sem perda da matrícula. Nesta situação, a formação realizada no âmbito do curso será considerada no percurso do estudante, caso este venha a frequentar o ensino superior;

b) A anulação da matrícula, na situação de matriculado no 1.º ano, pela 1.ª vez. Nesta situação a formação realizada em momento anterior ao pedido de anulação não será considerada no percurso do estudante, caso este venha a frequentar o ensino superior, nem poderá solicitar reingresso no curso.

5. A ESTGOH, nos termos gerais do direito, poderá proceder à anulação da matrícula.

6. Nas situações previstas no número 4, o estudante encontra-se obrigado ao pagamento dos montantes referentes à propina, de acordo com a data do pedido de anulação ou desistência, conforme fixado no Regulamento de Propinas do IPC.

7. Na situação prevista no número 5, o estudante encontra-se obrigado ao pagamento integral dos montantes referentes à propina em dívida.

### **Artigo 5.º**

#### **Inscrição a tempo parcial**

1. Entende-se por inscrição a tempo parcial a inscrição, em cada ano letivo, até 45 ECTS do número total de ECTS a que se poderá inscrever nesse ano letivo.

2. A opção pelo regime de estudante a tempo parcial deve ser efetuada no ato da inscrição ou até um mês após, independentemente do ano curricular/regime de acesso e só é válida para o ano letivo em que é apresentado o requerimento.

3. Os estudantes que se candidataram à obtenção de bolsa de estudo têm 7 dias seguidos, após a data da publicitação dos resultados da candidatura, para efetuar o pedido de alteração para o regime de estudante a tempo parcial.

4. Salvo o previsto no número anterior, não é possível ao estudante requerer a alteração da opção do regime de estudante a tempo parcial para estudante a tempo integral ou vice-versa durante o decurso do ano letivo em consideração.

5. Para efeitos da aplicação do regime de prescrições, a inscrição de um estudante a tempo parcial, em cada ano letivo, será contabilizada como 0,5.

6. A taxa de inscrição a pagar pelo estudante em regime de tempo parcial é a mesma que é exigida ao estudante a tempo integral.
7. A propina a pagar pelo estudante a tempo parcial é uma percentagem da propina fixada para o estudante a tempo integral, correspondente a:
- a) 30%, se o estudante se tiver inscrito até 15 ECTS (inclusive);
  - b) 50%, se o estudante se tiver inscrito entre 15 ECTS (exclusive) e 30 ECTS (inclusive);
  - c) 70%, se o estudante se tiver inscrito entre 30 ECTS (exclusive) e 45 ECTS (inclusive).
8. O estudante a tempo parcial usufrui do mesmo número de prestações e prazos de pagamento da propina do estudante a tempo integral.

### **Artigo 6.º**

#### **Inscrições nas unidades curriculares**

1. Na primeira inscrição efetuada pelo estudante num curso de licenciatura da ESTGOH, o limite máximo de European Credit Transfer System (ECTS) a que se pode inscrever é de 60, correspondentes apenas a UC do 1.º ano, exceto se beneficiar de creditações, podendo inscrever-se em UC de anos subsequentes, caso em que se aplica o previsto no n.º 2 com as devidas adaptações.
2. Nos anos subsequentes, os estudantes podem inscrever-se a um conjunto de unidades curriculares cuja soma de créditos ECTS não exceda 84 ECTS.
3. Para se poderem inscrever a UC de um determinado ano curricular os estudantes têm, nos termos do artigo 54.º do presente Regulamento, de estar inscritos ou ter obtido aprovação em todas as UC dos anos curriculares anteriores.

### **Artigo 7.º**

#### **Horários**

1. O horário escolar de cada ciclo de estudos é aprovado pelo Presidente da ESTGOH após emissão de parecer pelo CP.
2. O horário escolar de cada semestre é divulgado até 7 dias seguidos antes da data de início de aulas do semestre.
3. Os horários referidos no número anterior vinculam os corpos docente e discente, sem prejuízo das aulas ministráveis com carácter extraordinário ou de compensação em situações pontuais, as quais deverão ser devidamente divulgadas e sumariadas.

### **Artigo 8.º**

#### **Atendimento pedagógico**

1. Os docentes deverão disponibilizar-se para prestar atendimento semanal aos estudantes em período equivalente a metade da carga letiva semanal do respetivo semestre, num máximo global de seis horas.
2. No início do semestre, o horário de atendimento de cada docente será fixado pelo próprio, dele dando conhecimento aos serviços competentes da escola.
3. O docente elaborará o horário referido no número anterior, em função da sua disponibilidade, do horário escolar e das características das unidades curriculares e na observância das regras definidas, a esse propósito, no respetivo Departamento.
4. O docente dará conhecimento do horário de atendimento aos estudantes, nomeadamente através da sua afixação no exterior do seu gabinete e na página da intranet da UC até ao final da primeira semana após o início do período letivo.
5. O período de atendimento estende-se à época de exames, devendo as horas semanais de atendimento previstas no número 1 ser aferidas por termos médios e o docente fixar concreto horário privilegiando os dias antecedentes à realização da prova.
6. Os docentes devem ainda conceder apoio pedagógico suplementar aos estudantes nos termos previstos no Regulamento de Necessidades Educativas Especiais do IPC.

### **Artigo 9.º**

#### **Ficha da unidade curricular**

1. A ficha de UC (FUC) é um documento discriminativo de cada UC onde está sintetizado o seu modo de funcionamento, conteúdos, metodologias de ensino e de aprendizagem, normas de avaliação e outros elementos previstos no modelo aprovado para uso no IPC, sendo pública e acessível a toda a comunidade escolar.
2. A FUC, disponibilizada na plataforma de gestão académica, é preenchida pelo docente responsável da respetiva UC, sendo validada e aprovada pelo Diretor de Curso da licenciatura em cujo plano curricular se integra.
3. A FUC deve ser disponibilizada pelo docente responsável pela UC, na plataforma de gestão académica, a todos os estudantes inscritos à UC, até ao final da primeira semana letiva.
4. O docente responsável por cada UC deverá esclarecer os estudantes na primeira aula quanto ao teor da FUC, explicitando o seu modo de funcionamento especificamente quanto aos objetivos de aprendizagem, competências a adquirir, programa, normas de avaliação e bibliografia de apoio.

5. O docente responsável por cada UC informará os serviços de gestão académica, até ao último dia do período letivo, quanto ao cumprimento integral do programa estabelecido.

6. Caso o programa não tenha sido pontualmente cumprido, o docente elaborará e entregará nos serviços de gestão académica, até ao último dia do período letivo, informação quanto ao programa efetivamente cumprido.

#### **Artigo 10.º**

##### **Sumários**

Os docentes elaboram um sumário da matéria lecionada em cada aula e disponibilizam-no para consulta na plataforma de gestão académica, até ao final do 7.º dia seguido subsequente à sua aula.

### **CAPÍTULO II**

#### **REGIME DE AULAS E FREQUÊNCIA**

#### **Artigo 11.º**

##### **Aulas**

1. As aulas lecionadas na ESTGOH podem, respeitando a estrutura curricular do curso, apresentar algum dos seguintes tipos, conforme a metodologia utilizada e os planos curriculares dos respetivos cursos: Ensino teórico (T); Ensino teórico-prático (TP); Ensino prático e laboratorial (PL); Trabalho de campo (TC); Seminário (S); Estágio (E); Orientação tutorial (OT); e Outras (O).
2. O CTC, sob proposta do Conselho de Departamento ou da respetiva Área Científica e Curricular, pode aprovar regulamentos específicos para determinadas unidades curriculares, atendendo a um regime de funcionamento especial das mesmas.
3. As metodologias utilizadas nas aulas podem ser modificadas pelo CTC se houver razões ponderosas de natureza científico-pedagógica que o justifiquem.
4. As aulas decorrem, exclusivamente, nos períodos letivos definidos no calendário escolar, podendo, no entanto, os regulamentos específicos a que se refere o número 2 prever casos especiais em que tal não ocorra.

## **Artigo 12.º**

### **Frequência**

A frequência numa determinada UC pressupõe a participação do estudante nas atividades letivas correspondentes, nomeadamente a presença nas aulas, acesso a conteúdos pedagógicos, realização de avaliações, participação em viagens de estudo, projetos ou seminários.

## **Artigo 13.º**

### **Presença nas aulas**

1. A presença nas aulas de uma UC será obrigatória no método de avaliação contínua, devendo estar previsto na FUC o seu concreto modo de funcionamento, prevendo-se designadamente o número máximo de faltas admitidas.
2. A presença nas aulas de uma UC será facultativa ou obrigatória nos métodos de avaliação periódica ou final, de acordo com o regime estabelecido pelo docente na FUC.
3. Os estudantes que não cumpram as condições estabelecidas no regime de presença obrigatória nas aulas, quando aplicável, não são admitidos a avaliação na UC ou nos métodos de avaliação em causa, de acordo com o definido na FUC.
4. Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 16.º, à justificação de falta às aulas aplica-se o disposto no artigo 39.º, n.º 1.
6. Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 16.º, os estudantes com o estatuto de trabalhador-estudante não estão sujeitos a qualquer condição que faça depender a sua aprovação, numa UC, de um número mínimo de presenças nas aulas.

## **CAPÍTULO II**

### **REGIME DE AVALIAÇÃO**

## **Artigo 14.º**

### **Métodos de avaliação**

1. A avaliação é uma atividade pedagógica indissociável do ensino, devendo ficar garantido que as componentes e os métodos de avaliação adotados são adequadas às competências e conhecimentos a adquirir pelos estudantes.
2. Os métodos de avaliação de conhecimentos e competências são os seguintes:



- a) Avaliação contínua: avaliação de carácter cumulativo a realizar exclusivamente dentro do período de lecionação e que pressupõe o acompanhamento regular da atividade letiva e do desempenho do estudante;
- b) Avaliação periódica: avaliação que ocorre ao longo do semestre letivo e que pode ser constituída por diversos elementos de avaliação de tipos de avaliação diferentes;
- c) Avaliação por exame: modalidade de avaliação dos estudantes no final de um período de formação.
3. Um método de avaliação utiliza um ou mais dos elementos de avaliação definidos no artigo 15.º, em um ou mais momentos de avaliação.
4. Sem prejuízo do disposto nos números 13 e 14, o método de avaliação por exame tem obrigatoriamente de ser aplicado em todas as unidades curriculares nas épocas normal, de recurso e especiais, nos termos da Portaria n.º 886/83 de 22 de setembro.
5. As normas de avaliação de cada UC deverão incluir métodos de avaliação contínua ou periódica, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
6. Mediante proposta fundamentada do docente responsável pela UC, o Diretor de Curso, ouvido o Coordenador da Área Científica e Curricular, pode deliberar que a avaliação siga apenas o método de avaliação final.
7. Os métodos de avaliação aplicados em cada UC, constam das normas de avaliação fixadas na FUC, devendo os estudantes quanto a eles serem esclarecidos na primeira aula.
8. Os métodos de avaliação referidos no número anterior devem ainda ser explícitos no que diz respeito aos elementos de avaliação que integram e às ponderações usadas para determinar a respetiva classificação.
9. Nos casos em que o método de avaliação inclui mais de um elemento de avaliação, o professor responsável pode estabelecer mínimos na classificação a obter num subconjunto desses elementos de avaliação, como condição para obter aprovação à UC respetiva.
10. No método de avaliação contínua, todos os elementos de avaliação serão realizados durante o período de lecionação da UC, devendo a respetiva pauta de classificação ser publicada, na plataforma de gestão académica em pauta de frequência, com a antecedência mínima de 4 dias seguidos relativamente à data da realização do exame da época normal.
11. Salvo no que respeita ao último momento ou elemento de avaliação, que coincidirá com a realização do momento de avaliação por exame relativo à época normal definido no calendário das provas de exame, o método de avaliação periódica é aplicado durante o período de lecionação da respetiva UC, de acordo com o calendário escolar.

12. Os elementos de avaliação previstos no método de avaliação por exame serão realizados após o período de lecionação da UC.

13. Salvaguardados os direitos previstos em regimes especiais dos estudantes, os métodos de avaliação podem utilizar elementos de avaliação baseados em atividades realizadas exclusivamente durante o período de lecionação:

a) Nas unidades curriculares laboratoriais, cuja avaliação deverá ocorrer com a realização de trabalhos no próprio laboratório e/ou com a entrega de relatórios diretamente relacionados com os trabalhos realizados;

b) Nas unidades curriculares de projeto, cuja avaliação é constituída pela entrega de um projeto final, que pode ter uma ou mais etapas intermédias.

14. Cabe ao Diretor de Curso, mediante proposta da Área Científica e Curricular, definir quais as UC que se enquadram no número anterior.

### **Artigo 15.º**

#### **Elementos de avaliação**

1. Um elemento de avaliação consiste num tipo de prova de avaliação a que o estudante pode ser sujeito, a submeter à apreciação de um docente da UC, com o objetivo de demonstrar os conhecimentos e competências adquiridas.

2. Os elementos de avaliação que podem ser usados nos métodos de avaliação definidos no n.º 2 do artigo 14.º são os discriminados a seguir:

a) Exame: Prova escrita e/ou oral, ou prova especial de ordem técnica, artística ou outra no final de um período de formação;

b) Participação presencial: Participação nas atividades das horas de contacto.

c) Projeto/Trabalho: Concretização de uma proposta de trabalho ou de investigação, com conteúdo técnico, artístico ou de síntese bibliográfica.

d) Prova oral: A prova oral pode incluir-se em qualquer tipo de avaliação e é prestada de maneira individualizada, ou em grupo, perante um júri.

e) Relatório de projeto ou estágio: Apresentação e discussão pública, quando aplicável, de um relatório de projeto ou de estágio realizada.

f) Relatório: Texto escrito relativo a um trabalho de investigação, a um estágio ou a uma atividade desenvolvida numa UC ou no final de um percurso formativo.

g) Teste: Prova escrita realizada no âmbito dos tipos de avaliação contínua e periódica.

- h) Prova prática ou apresentação oral realizada no âmbito dos tipos de avaliação contínua e periódica;
  - i) Trabalho laboratorial ou de campo: Trabalho realizado em ambiente laboratorial ou no terreno.
3. O elemento de avaliação definido na alínea b) do número anterior apenas pode ser usado no método de avaliação contínua e o seu peso na classificação final não poderá exceder 20%, devendo ser valorizada a participação ativa, interessada e pertinente do estudante.
4. Quando um trabalhador-estudante se submeta ao método de avaliação contínua que integre o elemento de avaliação definido na alínea b) do n.º 2, a respetiva ponderação será distribuída proporcionalmente pelos outros elementos previstos, salvo se, no ato de inscrição no método, expressamente declarar que pretende submeter-se ao regime ordinário.

#### **Artigo 16.º**

##### **Avaliação contínua**

1. O método de avaliação contínua consiste em utilizar, a partir de segunda semana letiva, pelo menos um dos elementos referidos no n.º 2 do artigo 15.º, com vista a determinar a classificação final de cada estudante a uma determinada UC.
2. A utilização deste método de avaliação pressupõe a participação assídua, ativa e efetiva dos estudantes num número de horas letivas equivalente a, pelo menos, onze semanas de aulas, não se contando para a respetiva contabilização quaisquer faltas, ainda que justificadas.
3. Nos casos em que a avaliação contínua inclua elementos de avaliação com aproveitamento obrigatório, o estudante que não obtenha aprovação nesses elementos não pode obter aprovação à UC através daquele método, sem prejuízo do disposto no artigo 13.º, n.º 1 e n.º 2, nos casos em que se preveja na FUC a frequência obrigatória para aprovação na UC.
4. A submissão de um estudante ao método de avaliação contínua depende de inscrição junto do docente responsável pela UC até ao final da segunda semana de aulas.

#### **Artigo 17.º**

##### **Avaliação periódica**

1. O método de avaliação periódica consiste em utilizar, de forma periódica ao longo do período letivo, com vista a determinar a classificação final de cada estudante a uma determinada UC:
  - a) dois ou mais dos elementos de avaliação definidos no n.º 2 do artigo 15.º, ou;
  - b) apenas um dos elementos de avaliação definidos no n.º 2 do artigo 15.º em, pelo menos, três momentos distintos.

2. Para efeito da aplicação da alínea b) do número anterior, em casos objetivamente justificados e obtido parecer favorável do Diretor de Curso, poderá o docente responsável por uma UC prever nas normas de avaliação a ocorrência de apenas dois momentos de avaliação.
3. Nos casos em que a avaliação periódica inclui elementos de avaliação com aproveitamento obrigatório, o estudante que não obtenha aprovação nesses elementos não pode obter aprovação à UC na avaliação periódica.
4. A submissão de um estudante ao método de avaliação periódica depende de inscrição junto do docente responsável pela UC até ao final da segunda semana de aulas.

### **Artigo 18.º**

#### **Avaliação por exame**

1. O método de avaliação por exame consiste em utilizar após o período de lecionação um ou mais dos elementos de avaliação definidos no n.º 2 do artigo 15.º com vista a obter a classificação final de cada estudante a uma determinada UC.
2. Pode prever-se na FUC que o conjunto dos elementos de avaliação a que se refere o número anterior inclua elementos de aproveitamento obrigatório já realizados pelo estudante nos métodos de avaliação contínua ou periódica quando aquele não tenha obtido aprovação final num daqueles métodos.
3. Os momentos de avaliação relativos aos elementos que pertencem exclusivamente ao método de avaliação final têm obrigatoriamente de ocorrer dentro dos períodos definidos para as épocas de avaliação final, definidas no calendário escolar.
4. Nos casos em que a avaliação final inclua elementos de avaliação com aproveitamento obrigatório, o estudante que não obtenha aprovação nesses elementos não pode obter aprovação à UC na respetiva época.
5. Salvo no caso referido no n.º 13 do artigo 14.º, verificando-se a hipótese prevista na primeira parte do n.º 2 sem que o estudante tenha obtido aprovação em elementos parcelares de avaliação obrigatórios, deverão estes ser realizados durante a época de avaliação por exame em causa.

### **Artigo 19.º**

#### **Épocas de avaliação por exame**

As épocas de avaliação por exame são definidas no calendário escolar, e incluem:

- a) Época normal: período de exames para todos os estudantes, definido no calendário aprovado pelo órgão estatutário competente;

- b) Época de recurso: Período de exames para os estudantes reprovados na época normal ou que não realizaram exame nessa época;
- c) Época especial: Período de realização de exame(s) para os casos previstos no artigo 24.º do presente Regulamento.
- d) Época extraordinária: período extraordinário de realização de exames a fixar pelo Presidente da ESTGOH.

### **Artigo 20.º**

#### **Admissão à época normal**

1. São admitidos a avaliação final em época normal todos os estudantes inscritos na UC que não obtiveram aprovação ou que não se submeteram ao método de avaliação contínua
2. Podem aceder a esta época os estudantes aprovados no método de avaliação contínua que pretendam realizar exame para melhoria de classificação.

### **Artigo 21.º**

#### **Admissão à época de recurso**

1. São admitidos à avaliação final de uma determinada UC na época de recurso os estudantes a ela inscritos e que por qualquer motivo não tenham obtido aprovação por avaliação contínua, periódica ou por exame na época normal.
2. Os estudantes que não tenham garantido a aprovação na totalidade dos elementos de avaliação de realização obrigatória poderão realizá-los durante a época de recurso, em termos a definir pelo professor responsável, sem prejuízo do disposto nos números 13 e 14 do artigo 14.º.
3. Podem aceder a esta época os estudantes que pretendam realizar exame para melhoria de classificação.
4. O acesso à época de recurso está sujeito a inscrição na plataforma de gestão académica a efetuar até ao final do quarto dia útil anterior à data designada para a realização do exame.

### **Artigo 22.º**

#### **Admissão à época especial**

1. Desde que cumpram as condições de acesso a exame estabelecidas na FUC e em Regulamentos (quando aplicáveis) e estejam regularmente inscritos nesse ano letivo, nessa UC, podem aceder à época especial:

- a) Os estudantes aos quais faltem até 25 ECTS para a obtenção do número de ECTS necessários para a conclusão do curso;
  - b) Os estudantes abrangidos por regime especial;
  - c) Os estudantes finalistas que pretendam fazer a melhoria de classificação do resultado da época de recurso que antecedeu aquela época especial.
2. As UC relativas a projetos, estágios, simulações, investigação aplicada e outras regulamentadas em cada UOE não são consideradas para efeitos da contabilização da alínea a) do número anterior.
3. Os estudantes que usufruam de um regime especial, de acordo com o estabelecido no artigo 24.º, têm acesso à época especial podendo realizar o número máximo de 25 ECTS, sem prejuízo de outros regimes aplicáveis, mais favoráveis.
4. Têm ainda acesso à época especial os estudantes da ESTGOH que se encontrem abrangidos por um programa de intercâmbio e ou de mobilidade, desde que tenham faltado a exames da época normal e ou de recurso, pelo facto de os mesmos coincidirem com a duração dos referidos programas, incluindo as situações de insucesso escolar ocorridas no âmbito dos mesmos.
5. O acesso ao exame da época especial está sujeito a inscrição na plataforma de gestão académica a efetuar nos termos da respetiva regulamentação.

### **Artigo 23.º**

#### **Época extraordinária**

- 1. Pode ser fixada uma época extraordinária de exames pelo Presidente da ESTGOH, tendo como fundamento circunstâncias que no caso concreto se revelem excecionais.
- 2. Podem aceder à época extraordinária os estudantes que cumpram as condições de acesso a exame estabelecidas na FUC e no presente Regulamento e estejam regularmente inscritos na UC.
- 3. Os estudantes que acedam à época extraordinária podem realizar no máximo 25 ECTS.
- 4. O acesso ao exame de época extraordinária está sujeito a inscrição na plataforma de gestão académica a efetuar nos termos da respetiva regulamentação.

### **Artigo 24.º**

#### **Regimes especiais**

- 1. Estão sujeitos a regimes especiais, entre outras situações reguladas na lei:
  - a) Estudante com estatuto de atleta de alto rendimento;
  - b) Estudante dirigente associativo jovem;

- c) Estudante com necessidades educativas especiais;
  - d) Estudante bombeiro;
  - e) Estudante militar;
  - f) Estudante que professa confissão religiosa que santifica dia da semana diverso do domingo;
  - g) Estudante em situação de maternidade ou paternidade;
  - h) Trabalhador-estudante;
  - i) Estudante Atleta do IPC;
  - j) Estudante Praticante de Atividade Artística no IPC.
3. Os estatutos especiais dos estudantes referidos nos números anteriores são regulados no Regulamento de Estatutos Especiais de Estudantes da ESTGOH.

### **CAPÍTULO III REALIZAÇÃO DOS ELEMENTOS DE AVALIAÇÃO**

#### **Secção I Princípio geral**

#### **Artigo 25.º Dever de probidade intelectual e fraude académica**

1. No cumprimento das atividades que compõem cada elemento de avaliação, o estudante repudiará toda e qualquer forma de fraude.
2. Constituem fraude académica todas as práticas que tenham por objetivo falsear os resultados de provas académicas e/ou outro qualquer elemento/componente de avaliação, em violação das regras éticas dos estudantes, nelas se incluindo, nomeadamente, as situações de cábula, cópia ou plágio, entre outras.
3. Considera-se que ocorre cópia em momento de avaliação, designadamente, quando o estudante:
  - a) Recorre a materiais não autorizados pelo docente;
  - b) Recorre a informação, não autorizada, disponibilizada por terceiros;
  - c) Disponibiliza informação não autorizada a colegas.
  - d) Esteja em posse de telemóvel ou equipamentos eletrónicos não autorizados pelo docente.
4. O plágio consiste na utilização de ideias e/ou trabalho produzido por outros, omitindo a fonte de informação.
5. Considera-se que ocorre plágio, quando:

- a) Uma parte ou a totalidade de um trabalho contém materiais não referenciados, isto é, que não são da autoria do(s) estudante(s) mas que são apresentados como tal, sendo omissa a fonte de onde foram retirados;
  - b) É utilizado, palavra por palavra, o texto elaborado por alguém sem identificar o autor, assim como parafrasear as suas ideias sem o indicar;
  - c) É aplicada a tradução direta sem mencionar as fontes.
6. Durante a realização da prova é vedada aos estudantes toda a comunicação que, direta ou indiretamente, permita obter ou recolher informação sobre o conteúdo da mesma.
7. Sempre que o docente detetar uma situação de fraude, e.g. situação de cópia entre estudantes, deverá imediatamente anular a prova do(s) estudante(s) em causa e proceder de acordo com o estatuto disciplinar do estudante.
8. Sempre que seja detetado plágio o docente deverá anular o elemento de avaliação do(s) estudante(s) em causa e proceder de acordo com o estatuto disciplinar do estudante.
9. Sempre que o docente tenha uma suspeita de fraude, designadamente por cópia ou plágio deve:
- a) Confrontar o(s) estudante(s) em causa, ficando a classificação retida até ao pleno esclarecimento da situação;
  - b) Realizar prova oral ao(s) estudante(s) em causa, se isso for relevante para o esclarecimento da situação.
10. O docente deve comunicar os casos de fraude académica ao Presidente da ESTGOH, sem prejuízo de eventual responsabilidade disciplinar.
11. O processo disciplinar decorre de acordo com o estatuto disciplinar do estudante.
12. Se, em momento anterior ou posterior à concessão do grau, se verificar que um estudante cometeu fraude académica em prova ou trabalho essencial à obtenção do grau, nomeadamente, em projeto/trabalho, relatório de projeto ou estágio ou prova similar, deve o Presidente da ESTGOH remeter o processo à entidade judicial competente.

### **Artigo 26.º**

#### **Regularidade da inscrição**

Só pode ser autorizado a prestar prova de avaliação o estudante que se encontre regularmente inscrito.



### **Artigo 27.º**

#### **Impedimentos**

1. A avaliação não pode, em caso algum, ser efetuada por docente que seja cônjuge, unido de facto, parente ou afim, na linha reta ou até ao 4.º grau da linha colateral do estudante.
2. O docente que se encontre em qualquer das situações referidas no número anterior deve, logo que dela tome conhecimento, declarar, por escrito, a existência de incompatibilidade, ao Presidente da ESTGOH.
3. O Presidente da ESTGOH deve tomar as medidas adequadas para assegurar o direito à avaliação do estudante que venha a ser abrangido por situações em que se haja verificado impedimento ou incompatibilidade.

### **Secção II**

#### **Das provas escritas**

### **Artigo 28.º**

#### **Vigilância de provas**

1. Durante a realização das provas de avaliação deve estar presente, pelo menos, um docente que leccione na UC.
2. Na impossibilidade do cumprimento do disposto no número anterior, as salas em que não se encontre nenhum docente da UC devem ser visitadas, regularmente, por um docente da mesma.
3. Os docentes vigilantes, para o efeito designados pelo Presidente do Departamento competente devem comparecer na sala com a antecedência necessária, de forma a garantir a preparação da sala e o início da prova na hora determinada.
3. Durante a prova, compete ao docente vigilante vigiar os estudantes presentes na sala, não podendo ocupar-se com outras atividades.
4. São rigorosamente interditas aos docentes vigilantes quaisquer condutas que possam ajudar os estudantes a resolver a prova.
5. A interpretação do teor do enunciado da prova faz parte da avaliação; no entanto, os docentes referidos nos números 1 e 2 poderão proceder ao esclarecimento de eventuais dúvidas.

**Artigo 29.º**

**Entrada na sala**

1. Os estudantes devem apresentar-se à porta da sala onde vai decorrer a prova de avaliação dez minutos antes da hora marcada.
2. Os estudantes apenas poderão entrar na sala onde vai decorrer a prova de avaliação estando presente o docente encarregado da sua vigilância.
3. Não é permitida a marcação prévia de lugares nas salas onde irão realizar-se as provas de avaliação.
4. A entrada de estudantes na sala de prova só é permitida até quinze minutos após o seu início, não lhes sendo concedido tempo adicional para a respetiva resolução.

**Artigo 30.º**

**Início e duração da prova**

1. A prova de avaliação não poderá ser iniciada antes da hora previamente marcada para a sua realização e deverá ser iniciada à hora marcada.
2. A prova não poderá exceder 3 horas, não devendo ter duração diferente daquela que tenha sido previamente estipulada.

**Artigo 31.º**

**Identificação**

1. Sem prejuízo da possibilidade de identificação por conhecimento pessoal pelo docente, nos testes e nos exames escritos os estudantes far-se-ão acompanhar do seu cartão de estudante, cartão de cidadão ou outro documento com fotografia que possua análoga eficácia identificativa e se encontre em condições de não suscitar quaisquer dúvidas na sua identificação.
2. Cabe aos docentes em serviço de vigilância identificar cabalmente os estudantes.
3. A identificação poderá ser feita a todo o tempo ou aquando da entrega final da prova escrita.
4. No caso de o estudante não apresentar documento de identificação e não se verificando a hipótese prevista na primeira parte do número 1, o docente encarregado da vigilância, finda a realização da prova, deverá informar o estudante de que deverá exibir o documento em falta ao docente responsável pela avaliação da UC no prazo de quarenta e oito horas, sob pena de aplicação do disposto no n.º 6.
5. Sempre que se verifique esta situação, o docente que efetuou a vigilância deverá, de imediato, comunicar o facto ao docente responsável pela avaliação da UC, ou ao seu substituto.
6. A não identificação do estudante acarreta a ineficácia da prova, equivalendo a falta.

### **Artigo 32.º**

#### **Folhas de prova**

1. No início da prova será distribuída a cada estudante uma folha de resposta e uma folha de rascunho rubricadas pelo docente vigilante.
2. Caso o estudante necessite de folha adicional, deverá solicitá-la ao docente vigilante, que lhe entregará apenas uma folha de resposta ou uma folha de rascunho, conforme a solicitação, devidamente rubricada.
3. As folhas de rascunho em caso algum poderão ser objeto de correção.
4. As folhas inutilizadas serão imediatamente rasgadas pelo docente vigilante na presença do estudante.
5. Os estudantes podem levar da sala da prova de avaliação o enunciado da prova e as folhas de rascunho, salvo indicação em contrário do docente responsável pela UC.

### **Artigo 33.º**

#### **Elementos de consulta e material proibido**

1. Os docentes de cada UC devem informar os estudantes sobre os elementos de consulta e equipamentos autorizados no decorrer da prova, disponibilizando a informação na plataforma de gestão académica e na FUC.
2. Sempre que os estudantes possam consultar material, o docente que se encontra a vigiar a prova deverá proceder à verificação da conformidade do mesmo e certificar-se quanto à existência de elementos fraudulentos.
3. Durante a realização das provas de avaliação, não é permitido o uso de telemóvel ou de quaisquer meios de comunicação com o exterior, devendo estes ser desligados.
4. O docente responsável pela avaliação da UC poderá estabelecer regras adicionais a respeitar na realização das provas escritas na FUC.
5. Antes da distribuição dos enunciados da prova, os estudantes deverão ser avisados de que não podem ter na sua posse quaisquer elementos de estudo ou de consulta, cuja utilização não seja permitida.
6. Todo o material cuja utilização não seja permitida dentro da sala da prova de avaliação deve ser colocado pelos estudantes em local a isso destinado pelo docente vigilante.

### **Artigo 34.º**

#### **Desistência**

1. O estudante tem direito de desistir da prova escrita, podendo anunciar a sua desistência desde o início da prova até ao momento em que esta é declarada finda, através de declaração inequívoca escrita na folha de prova.
2. O estudante que desiste só pode abandonar a sala depois de autorização expressa do docente e decorridos trinta minutos após o início da prova.

### **Artigo 35.º**

#### **Irregularidades**

1. A prática de atos que ponham em causa a seriedade da prestação da prova será apreciada pelo docente responsável pela avaliação da UC, ou pelo seu substituto.
2. Cabe ao docente vigilante comunicar de imediato ao docente responsável pela UC ou, na sua falta, a outro que a leccione, qualquer facto que, pela sua natureza, possa pôr em causa a seriedade da prova escrita.
3. O docente referido no número anterior a quem tenham sido comunicados os factos em causa deverá reportá-los, por escrito, no prazo de quarenta e oito horas, ao Presidente da ESTGOH, para os efeitos previstos no artigo 25.º.

### **Artigo 36.º**

#### **Recolha e entrega das provas de avaliação**

1. No ato da entrega da folha de prova o docente vigilante assinará o recibo destacável da folha, sendo este entregue ao estudante.
2. No caso de entrega de mais de uma folha de prova, o docente que as tiver recebido deverá mencionar o número de folhas entregues pelo estudante no recibo destacável da folha a entregar ao estudante.
3. Recebidas todas as provas, o docente encarregado da fiscalização colocará as provas dentro de um envelope, onde anotarà, na folha envolvente, o nome da UC, a data de realização, o número total de estudantes presentes e o número de desistências.
4. Imediatamente após o termo da prova, as provas serão entregues ao docente responsável pela avaliação da UC.
5. O desaparecimento de qualquer prova é obrigatoriamente comunicado ao Presidente.

**Artigo 37.º**

**Matéria lecionada**

As provas escritas só poderão incidir sobre matéria lecionada até uma semana antes da sua realização.

**Artigo 38.º**

**Faltas de docentes a avaliações**

1. Os docentes referidos artigo 28.º, n.º 1 a n.º 3 do que, por motivos justificados, não possam comparecer numa prova de avaliação, devem assegurar a realização da prova fazendo-se substituir, no imediato, por outro docente da UC ou, subsidiariamente, da mesma área científica e curricular, informando os serviços competentes do facto.
2. O docente convocado para a vigilância da prova que, por motivos justificados, não possa comparecer numa prova de avaliação, deve fazer-se substituir no imediato, por outro docente, informando os serviços competentes do facto.
3. O incumprimento do disposto nos números 1 e 2 é passível de procedimento disciplinar.
4. Se o impedimento se dever a motivos previstos na lei ou resultar de serviço oficial, cabe aos serviços competentes providenciar a substituição do docente.

**Artigo 39.º**

**Faltas de estudantes a exames**

1. Consideram-se causas justificativas das faltas aos exames:
  - a) Falecimento de cônjuge ou unido de facto, de parente ou afim até ao 2.º grau da linha reta ou colateral;
  - b) Doença infetocontagiosa, internamento hospitalar ou outras situações de doença grave ou crónica incapacitantes, devidamente comprovadas por atestado médico;
  - c) Cumprimento de obrigações legais.
2. A justificação das faltas referidas no número anterior deve ser realizada por escrito, instruída com os respetivos documentos comprovativos e apresentada ao serviço de gestão académica da ESTGOH no prazo máximo de cinco dias úteis após ter cessado o impedimento do estudante.
3. Cumprido o disposto nos números anteriores, o estudante tem direito a requerer o acesso ao exame da UC em causa na época especial.
4. A falta ao exame corresponde, para todos os efeitos, à ausência de avaliação.
5. Não constitui causa para repetição de provas a comparência em consultas médicas de qualquer natureza, nem a realização de exames médicos ou de meios complementares de diagnóstico.

6. Às faltas ou à não realização de outros elementos de avaliação aplica-se o disposto nos números anteriores, com as necessárias adaptações, podendo definir-se concretas datas para realização dos elementos não realizados no método de avaliação ou na época em causa.

7. O estudante que tiver marcada mais do que uma prova escrita no mesmo dia e à mesma hora, somente tem direito à remarcação da prova da UC referente ao ano curricular mais elevado e desde que, cumulativamente:

- a) o requeira ao Presidente até ao final do quarto dia útil anterior à data designada para a respetiva realização;
- b) identifique no requerimento as provas escritas em causa;
- c) compareça efetivamente à prova não remarcada e exiba o respetivo recibo destacável ao vigilante da prova que tenha sido objeto de remarcação.

8. Em caso de deferimento do requerido conforme o número anterior, o Presidente designará nova data, ouvido o docente, comunicando-a aos serviços de gestão académica, que informarão o estudante.

## **Secção II**

### **Das provas orais**

#### **Artigo 40.º**

##### **Características**

- 1. A prova oral é uma prova pública à qual poderão assistir todos os interessados, desde que a não perturbem nem nela interfiram, com exceção daqueles que, no mesmo dia e à mesma UC, prestem igualmente prova oral.
- 2. A prova oral deverá ter uma duração não inferior a vinte minutos, salvo desistência do estudante, e não superior a uma hora.

#### **Artigo 41.º**

##### **Júri**

- 1. O júri das provas orais deverá ser formado no mínimo por dois docentes, sendo pelo menos um deles docente da respetiva UC.
- 2. Em caso de empate usará de voto de qualidade o docente que a ele presidir, que deverá ser o responsável pela UC ou quem este indicar.

#### **Artigo 42.º**

##### **Chamada**

Para prestação de prova oral é obrigatória a resposta à respetiva chamada, que se realizará à hora designada pelo presidente do respetivo júri, por este ou por quem ele designar.

#### **Artigo 43.º**

##### **Provas públicas**

As provas orais são públicas, não sendo legítimas quaisquer diligências tendentes a dificultar ou a impedir a assistência às mesmas.

#### **Artigo 44.º**

##### **Apresentação na sala**

1. Os estudantes devem apresentar-se na sala onde decorrem as provas orais segundo o número de ordem que lhes é atribuído no ato da chamada.
2. Salvo indicação em contrário dada pelo presidente do júri, o estudante deve entrar na sala imediatamente após a saída do estudante antecedente.
3. A não apresentação na sala, depois de ter respondido à chamada, equivale, para todos os efeitos, a falta.

#### **Artigo 45.º**

##### **Informação aos estudantes**

No caso de realização de provas orais de manhã, de tarde e à noite, o presidente do júri deve informar ou mandar informar os estudantes, antes do início das provas do primeiro dos períodos em causa, do número de provas que terão lugar em cada um daqueles, bem como da hora de recomeço, se aplicável.

#### **Artigo 46.º**

##### **Faltas de estudantes a provas orais**

1. Aplica-se às provas orais o disposto no artigo 39.º, n.º 1 a n.º 5.
2. Têm direito à repetição de prova oral os estudantes aos quais este seja marcado à mesma hora da realização de outro elemento de avaliação, desde que, cumulativamente:
  - a) o requeiram, ao docente responsável pela UC em causa, até 72 horas antes da data designada para a prova a adiar;

- b) identifiquem, no requerimento, as provas sobrepostas;
- c) compareçam efetivamente à realização do elemento de avaliação sobreposto e não adiado, devendo comprová-lo, junto do docente, até ao dia útil seguinte ao da comparência.
3. Imediatamente após a receção do comprovativo referido na alínea c) do número anterior, o docente designará nova data, dela informando os serviços de gestão académica da ESTGOH, que informarão o estudante.

## **CAPÍTULO IV**

### **CLASSIFICAÇÃO, TRANSIÇÃO DE ANO E MÉDIA FINAL DE CURSO**

#### **Secção I**

#### **Disposições gerais**

#### **Artigo 47.º**

#### **Classificação**

1. A classificação final de um estudante numa determinada UC resulta da aplicação de um dos métodos de avaliação referidos no n.º 3 do artigo 14.º e será expressa por um número inteiro, na escala de 0 a 20 valores.
2. A classificação final a que se refere o número anterior resulta do cálculo da média ponderada das classificações obtidas em cada um dos elementos de avaliação que integram o método de avaliação nos termos definidos na FUC arredondada à unidade.
3. Salvo quando haja apenas, para uma UC, o recurso a um único elemento de avaliação, a classificação de cada elemento de avaliação parcelar será arredondada à centésima, sem prejuízo da possibilidade de previsão, pelo docente, de regra distinta, nas normas de avaliação.
4. Obtêm aprovação numa UC os estudantes que tenham alcançado uma classificação final mínima de 10 valores.
5. Não obtêm aprovação numa UC os estudantes que:
  - a) Tenham incorrido em prática de fraude, descrita no Estatuto Disciplinar do Estudante do Instituto Politécnico de Coimbra, aprovado pelo Despacho n.º 25077/2009 de 16 de novembro;
  - b) Não cumpram a classificação mínima em pelo menos uma das componentes de avaliação consideradas na FUC, caso em que a classificação a atribuir é calculada com base na fórmula de cálculo explicitada na FUC, não podendo ser ultrapassada a classificação máxima de 9 valores.



6. A classificação final de cada UC tem de ser inserida e disponibilizada na plataforma de gestão académica.
7. Os resultados finais decorrentes da avaliação contínua e periódica e de cada época de exames (normal, recurso, especial e extraordinária) devem ser divulgados, em pautas lacradas na plataforma de gestão académica, no máximo até 10 dias seguidos à data da avaliação.
8. Se a decisão de comparecer a uma prova de avaliação depender de classificações anteriores, estas devem ser divulgadas, em pauta lacrada na plataforma de gestão académica, com uma antecedência mínima de 4 dias seguidos.
9. Se o prazo referido no número anterior não for cumprido, o estudante tem direito a requerer uma nova data para realização da sua prova de avaliação, desde que não tenha comparecido nesta e o requeira ao Presidente da ESTGOH na plataforma de gestão académica, no prazo máximo de 2 dias seguidos após a realização da prova.
10. O incumprimento dos prazos referidos nos números 7 e 8 implica a repetição do momento de avaliação em tempo oportuno e em data a reagendar pelo órgão competente e eventual responsabilidade disciplinar do docente.
11. Nos casos em que a classificação final resulta da ponderação de mais do que um elemento de avaliação, de acordo com o estipulado na FUC, os resultados de cada um desses elementos deve ser discriminado e disponibilizado aos estudantes logo que possível, podendo ser utilizada, para o efeito, a plataforma de gestão académica.

#### **Artigo 48.º**

##### **Pautas**

1. Todos os estudantes que estejam regularmente inscritos num ano letivo, numa determinada UC, constam inicialmente na pauta de frequência.
2. Será atribuída a todos os estudantes uma classificação na pauta de frequência decorrente da avaliação contínua nos seguintes termos: 0-20, AD (Admitido a Exames), NA (Não Admitido a Exames — exclui o estudante de obter aprovação no ano letivo à UC).
3. No que concerne à pauta do exame da época normal, constarão na pauta todos os estudantes, exceto os que tiverem obtido classificação NA em pauta de frequência.
4. Relativamente às restantes épocas de exame, apenas constarão nas pautas os estudantes que se tenham previamente inscrito.

5. A escala que consta na pauta atinente a uma qualquer época de exame é: 0-20, F (Faltou), D (Desistiu), NRC (Não Reúne Condições), EF (Excluído por Fraude).
6. Quando a um estudante é atribuída a classificação EF, este não constará nas pautas seguintes.
7. A classificação obtida no âmbito da avaliação periódica constará da pauta da época de exame normal.

#### **Artigo 49.º**

##### **Melhoria de nota**

1. É possível a realização de uma melhoria de classificação a todas as UC, com exceção daquelas cuja regulamentação própria o impossibilita.
2. Os estudantes têm direito a melhoria de classificação uma única vez, a realizar numa das duas épocas subsequentes, independentemente da sua natureza.
3. O acesso ao exame de melhoria de classificação está sujeito a inscrição na plataforma de gestão académica.
4. A classificação final na UC é a mais elevada, entre aquela que havia sido obtida inicialmente e a que resultar da melhoria de classificação efetuada.
5. Após obtenção do grau de licenciado, só há lugar a melhoria de classificação a qualquer UC na época subsequente.
6. Uma vez requerida a carta de curso que confere o grau, não há lugar à melhoria de classificação a qualquer UC.

#### **Artigo 50.º**

##### **Consulta de provas e esclarecimentos**

1. Após a disponibilização da respetiva classificação na plataforma de gestão académica, o estudante tem o direito de consultar a correção dos seus exames, trabalhos ou quaisquer outros elementos/componentes de avaliação, bem como a ser esclarecido sobre os critérios de correção.
2. Quando da disponibilização da classificação, o docente responsável pela UC deve tornar público um período durante o qual os estudantes podem consultar as provas, trabalhos ou outros elementos avaliados, o qual ocorrerá até ao 4.º dia útil subsequente.
3. Sempre que haja lugar a prova oral subsequente a exame escrito, o período de consulta tem de ocorrer até ao dia anterior.
4. O estudante pode reclamar, solicitando a revisão da prova, no prazo máximo de 2 dias úteis após o período previsto no n.º 2 do presente artigo, sempre que considere – após consulta da prova e

esclarecimentos prestados pelo docente, se aplicável – que a classificação obtida não corresponde à avaliação realizada, sendo aplicável o disposto no artigo 52.º.

#### **Artigo 51.º**

##### **Arquivo dos elementos de avaliação**

O regime de arquivo dos elementos de avaliação será definido no Regulamento Geral de Arquivo e Destruição de Documentos.

#### **Artigo 52.º**

##### **Reclamação**

1. Os estudantes podem apresentar reclamação da classificação atribuída nos testes, nos exames ou nos elementos de avaliação que tenham um suporte documental de avaliação.
2. As reclamações das classificações atribuídas são realizadas por escrito e entregues nos serviços de gestão académica, sendo dirigidas ao Diretor de Curso, que as remeterá ao docente responsável pela UC.
3. No caso de ter sido o docente responsável pela UC o autor da classificação impugnada, o Diretor de Curso, de imediato, notificará o Presidente do Departamento a que esteja afeto o curso, tendo em vista a nomeação de um docente que procederá à revisão da prova, no prazo de dois dias úteis.
4. As reclamações devem ser acompanhadas do comprovativo de pagamento da taxa devida e apresentadas no prazo de cinco dias úteis contados da data da afixação dos resultados, sem prejuízo do disposto no artigo 50.º, n.º 4, quanto a testes e exames.
5. O prazo para decidir das reclamações é de cinco dias úteis a contar da apresentação da notificação ou, no caso previsto no n.º 3, da nomeação do docente, devendo o resultado ser comunicado ao estudante, por escrito, pelo Presidente.
6. O prazo a que se refere o número anterior suspende-se durante o mês de agosto.
7. O original da reclamação, a decisão que sobre ele haja recaído e o comprovativo de que a mesma foi notificada ao estudante devem ficar arquivados no seu processo individual.
8. São liminarmente indeferidas as reclamações não fundamentadas ou apresentadas fora do prazo, exceto, neste caso, quando o atraso não possa ser imputado ao estudante.
9. Não há lugar a reclamação da classificação de provas orais, podendo dela haver recurso se tiver havido preterição de formalidades legais ou regulamentares.

### **Artigo 53.º**

#### **Provas dependentes da prova com classificação reclamada ou recorrida**

Na pendência de reclamação da classificação de uma prova, as provas subsequentes à realizada e que dependam do resultado desta serão consideradas sem efeito se a reclamação ou recurso vierem a ser declarados procedentes, salvo se o resultado obtido nestas for mais favorável ao reclamante ou ao recorrente. Se as provas subsequentes forem consideradas sem efeito, o Presidente fixará a data da realização de novas provas.

### **Artigo 54.º**

#### **Transição de ano**

1. Transita do 1.º para o 2.º ano o estudante que tenha obtido aprovação em UC correspondentes a, pelo menos, 36 dos ECTS previstos.
2. Transita do 2.º para o 3.º ano o estudante que tenha obtido aprovação em unidades curriculares correspondentes a, pelo menos, 96 dos ECTS respetivos.

### **Artigo 55.º**

#### **Classificação final do grau de licenciado**

1. A classificação final do curso é expressa no intervalo de 10-20 da escala numérica inteira de 0 a 20, conforme o estipulado no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, bem como no seu equivalente na escala europeia de comparabilidade de classificações, nos termos do disposto nos artigos 19.º e 20.º do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de fevereiro.
2. A classificação final da licenciatura é a média aritmética ponderada, calculada até às centésimas e arredondada às unidades (considerando-se como unidade a fração não inferior a 50 centésimas) das classificações obtidas nas UC que integram o respetivo plano de estudos.
3. Para efeitos do disposto na alínea g) do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, considera -se que o coeficiente de ponderação de cada UC é igual ao número de ECTS da respetiva UC constante no plano de estudos da licenciatura publicado no Diário da República.

### **Artigo 56.º**

#### **Prazo para emissão de diploma**

1. A carta de curso será emitida no prazo máximo de 3 meses, depois de requerida.

2. As certidões de registo serão emitidas no prazo máximo de 10 dias úteis, depois de requeridas.
3. O suplemento ao diploma será emitido nos prazos definidos para cada um dos documentos que acompanhará.

## **CAPÍTULO V**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

#### **Artigo 57.º**

##### **Lacunas**

Os casos omissos e as dúvidas de interpretação serão resolvidos por despacho do Presidente, ouvidos os Presidentes do CTC e do CP.

#### **Artigo 58.º**

##### **Revogação**

É revogado o Regulamento de Frequência, Avaliação e Passagem de Ano aprovado na Reunião n.º 5, de 1 de junho de 2002, do Conselho Técnico-Científico, e posteriores alterações.

#### **Artigo 59.º**

##### **Entrada em vigor**

1. O presente Regulamento foi aprovado na Reunião número 137 do CTC, de 3 de abril de 2020, obteve parecer favorável do CP na sua Reunião número 127, de 10 de setembro de 2019, entrando em vigor na data da sua homologação pelo Presidente do IPC.
2. O presente Regulamento é aplicável aos procedimentos respeitantes ao ano letivo 2019–2020.

**Ficha Técnica**

**Título**

**RG3.02.01 - Regulamento Académico do 1.º Ciclo de Estudos da ESTGOH**  
**(Regulamento não sujeito a publicação em DR)**

**Emissor**

Conselho Técnico-Científico

**Versão 01**

Editado em 03 de abril de 2020

Homologado em 12/05/2020

©2019, POLITÉCNICO DE COIMBRA



**[www.ipc.pt](http://www.ipc.pt)**

**<https://sigq.ipc.pt>**

**[qualidade@ipc.pt](mailto:qualidade@ipc.pt)**